

## **RENEGOCIAÇÃO OUTRA VEZ**

**\* Roberto Rodrigues**

Está de volta a discussão sobre nova renegociação das dívidas dos agricultores. O assunto é recorrente, e dá a impressão desagradável de que o campo nunca paga suas dívidas e vive pedindo para prorrogá-las.

A repetição da matéria exige explicações à sociedade. Tudo começou com o programa de substituição das importações, há décadas, mas o grande golpe aconteceu no Plano Collor. Naquela ocasião, quando se deu o confisco das poupanças dos brasileiros, a agricultura viveu uma situação injusta: as dívidas dos produtores rurais foram corrigidas pelo IPC, em 84%, enquanto os preços agrícolas foram corrigidos pela BTN, em 42%. Ora, um agricultor que devia ao banco um empréstimo de 100 no dia 14 de março de 1990, e ia colher uma safra no valor de 110, pagaria as dívidas e ainda sobriam 10 unidades monetárias para tocar o negócio. E acordou, dia 15 de março, com o Plano Collor, devendo 184 e com a safra valendo 152! Uma dívida nova, eminentemente contábil, sobre a qual não tinha a menor responsabilidade. Foi um desastre, e depois de anos difíceis, quando as coisas começavam a melhorar, veio outro golpe, o Plano Real. De novo houve um descasamento: as dívidas foram corrigidas pela famigerada TR, e quase dobraram em um ano, enquanto os preços agrícolas foram esmagados, em nome do combate à inflação. Mais dívida escritural.

A estas crises se somaram a abertura comercial plena, que expôs nossos produtos agrícolas sem nenhuma proteção aos concorrentes subsidiados dos países ricos; e a própria estabilização interna da moeda, exigindo muito mais eficiência na gestão rural. Um duro período, em que milhares de agricultores perderam tudo que tinham e foram expulsos do campo.

A partir de 1999 – com a desamarração cambial – o governo iniciou um programa de renegociação das dívidas agrícolas, em reconhecimento de que elas eram, em grande parte, responsabilidade dele mesmo, em seus esforços para acabar com a inflação.

Com as dívidas renegociadas, – e sem perdão de um único centavo – os agricultores voltaram a ter direito a novos créditos, para tocar a atividade e a vida para frente.

Vieram outros bons programas, como a oferta de mais recursos para crédito de custeio com taxas prefixadas e a criação do Moderfrota, um crédito especial para investimentos em máquinas, tratores, colhedoras e equipamentos mecanizados.

Com o câmbio favorável e bons preços internacionais, houve uma lufada de capitalização, e os agricultores entraram firmes no Moderfrota, modernizando seus equipamentos, melhorando o padrão tecnológico e deslanchando a produtividade. O resultado foi espetacular para o Brasil: de 1998 a 2007, a área plantada com grãos aumentou 24,9% enquanto a produção cresceu 59,1%. Um sucesso! Em clima de otimismo os produtores inauguraram 2004 com os motores roncando pelo país afora, investindo, abrindo terras, criando empregos, riquezas e renda, gerando excedentes exportáveis e grandes esperanças. E todo mundo comprando a crédito, juros correndo todo dia santo e feriado.

De repente, o céu caiu na cabeça agrícola. Os preços começaram a despencar, veio uma seca brutal, apareceu a aftosa, os mercados se fecharam, o câmbio tirou 30% da renda rural em 4 anos, e tudo escureceu. Sem renda, as dívidas ficaram insolúveis. Agora, não tem saída, para voltar a arejar o campo: só mesmo outra renegociação.

Mas, para evitar isto no futuro, é preciso implementar uma política de renda.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**